

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**UMA ANÁLISE DAS DEZ FALÁCIAS DO DESENVOLVIMENTO NA
AMÉRICA LATINA¹
AN ANALYSIS OF THE TEN FALLACIES ON DEVELOPMENT IN LATIN
AMERICA**

**Brunno Leonarczyk Bomfim², Daniel Rubens Cenci³, Raquel Cristiane
Feistel Pinto⁴**

¹ Projeto de Iniciação Científica

² Acadêmico do curso de Direito pela UNIJUI, Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UNIJUI

³ Professor da UNIJUI nos cursos de Direito e Mestrado em Direitos Humanos, Orientador

⁴ Mestranda em Direitos Humanos da UNIJUI; especialista em Gestão de Pessoas; graduada em Direito pela UNIJUI.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é sintetizar o capítulo “Dez falácias sobre os problemas sociais na América Latina” do livro Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social de Bernardo Kliksberg (2003, p. 13-46), que traz dez afirmações, ou dez convicções, que acabam obstruindo o desenvolvimento da maioria dos países da América Latina. O autor busca, ao longo de seu texto, trazer as falácias à luz, explicando-as e mostrando seus resultados, além de, sempre que possível, tentar trazer soluções.

Entretanto, se faz necessário agregar informações de outras publicações que possuem o mesmo foco, destacando-se as de Amartya Sen, que realizam, assim como as de Kliksberg, uma defesa convicta das liberdades individuais, de uma atuação social do Estado, redução das desigualdades e uma característica clara de mostrar que, principalmente, a saúde e a educação são boas soluções. Mostra-se também o importante papel, não só do Estado, mas também da sociedade civil que, infelizmente, tem muita vontade, mas pouca possibilidade e auxílio para agir em benefício das comunidades.

Busca-se aqui, em suma, demonstrar ao leitor que, em todas as falácias citadas ao longo no presente artigo, há uma desvalorização de diversos agentes importantes, um foco exclusivamente econômico e uma clara supremacia de uns sobre outros. Uma atuação exageradamente vertical de um Estado que, sem dar atenção a todos, acaba por obstruir o desenvolvimento social acarretando, mais tarde, em problemas econômicos que sempre afetam as comunidades mais pobres, ou seja, justamente aqueles que mais precisam de ajuda.

METODOLOGIA

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa é do tipo exploratória. Utiliza em seu delineamento a coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e na rede de computadores. Na sua realização, utiliza-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, observando-se os procedimentos de seleção de bibliografias afins à temática em meios físicos e na internet; leitura e fichamento do material selecionado; reflexão crítica sobre o material selecionado; e exposição dos resultados obtidos através de um texto escrito na forma de artigo científico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alguns argumentos superficiais, quando tomados como verdade, podem ser extremamente prejudiciais para uma região. Pois, conforme nos diz Kliksberg (2003), estas falácias, apesar de

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

não serem o único fator de atraso no desenvolvimento social, possuem um grande peso em setores da sociedade que tem capacidade de decisão, prejudicando, com a aplicação de políticas públicas errôneas, setores mais pobres da sociedade. Conforme afirma Arrighi (1997), houve muita industrialização, com altos custos humanos e ecológicos, entretanto, houve pouca “equiparação”, principalmente em lugares como a América Latina.

Uma das falácias é a minimização da pobreza, o que é um absurdo, sendo que esta cresceu de 204 milhões a não menos de 220 milhões entre 1997 e 2000, conforme Kliksberg (2003). Outro exemplo, trazido por Bernardo Kliksberg e Amartya Sen (2010), é o desemprego entre os jovens, que, se analisado sob a perspectiva da renda, em 2005, um de cada quatro jovens entre os 20% mais pobres estava desempregado, antes um de cada 15 entre os 20% mais ricos. Esses dados poderiam ser mais facilmente combatidos se não fossem por afirmações como “pobres há em todos os lugares” ou “pobres sempre existiram”. Afinal de contas, se pobres sempre existiram e estão em todas as regiões do planeta, não há porque combater a pobreza.

Outra falácia é a da paciência, ou melhor, de que os pobres podem esperar. O problema é que eles não podem, pois muitos dos problemas trazidos pela pobreza são irreversíveis. Por exemplo, as políticas ortodoxas, principalmente dos períodos de ditadura militar aprofundaram a pobreza, principalmente entre as crianças, pois, conforme Kliksberg (2003), em 1997 58% das crianças menores de cinco anos da América Latina eram pobres, o mesmo acontecia com 57% das crianças de 6 a 12 anos, e com 47% dos adolescentes de 13 a 19 anos. A pobreza nesse setor da sociedade traz a má alimentação, por exemplo, que pode causar atrasos no desenvolvimento da linguagem, na evolução visual e motora e dificuldades no desenvolvimento geral, ou seja, danos irreversíveis. Danos irreversíveis não podem esperar.

Diz-se também que basta o crescimento econômico, entretanto, apesar da extrema importância do crescimento do produto total de uma sociedade, a economia não pode ser vista somente sob este viés. Um exemplo trazido por Amartya Sen e Bernardo Kliksberg (2010) é do Estado de Kerala, na Índia, que apesar de ter um PNB per capita menor que o de países como Brasil e África do Sul, possui uma longevidade mais alta e, conforme Kliksberg (2003), políticas públicas que melhoram o acesso à água potável, saúde, instalações sanitárias, eletricidade e assistência médica. Isso mostra que o desenvolvimento econômico só beneficia a sociedade quando acompanhado do desenvolvimento social.

É também afirmado que a desigualdade é natural, e não um obstáculo ao desenvolvimento. Isso advém de ideias liberais que afirmam que a concentração de renda nas mãos de poucos amplia a capacidade de investimento, entretanto, essa tese não se aplica aos países não desenvolvidos, conforme bem explica Kliksberg (2003). É interessante trazer os dados citados por Amartya Sen e Bernardo Kliksberg (2010) de que, enquanto no Brasil a distância entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos era de 51,3 vezes; na Espanha, era 10,3 vezes e em outros países, como Noruega (6,1), Suécia (6,2) e Finlândia (5,6), ela era ainda menor. Além disso, a desigualdade tem relação direta, conforme afirma Sen (2001), com o bem-estar das pessoas. A desigualdade não é natural, mas sim uma consequência de políticas regressivas.

Ainda sobre a naturalidade da desigualdade, não se pode dizer que esta se atenua ou modera sozinha, pelo contrário, a desigualdade age como se fosse uma doença, que vai “contaminando” os setores da sociedade. Um bom exemplo é a dificuldade, apesar de todos os esforços, em melhorar a situação educativa da população pobre, pois as desigualdades em outras áreas, como ocupação e renda, acabam conspirando contra as reformas educacionais, sendo que, ainda, as desigualdades

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

educacionais acabam gerando, mais tarde, brechas no mercado de trabalho. Logo, percebe-se que a desigualdade se multiplica, se reproduz e, conforme Kliksberg (2003), essa situação só pode ser revertida com uma mudança de políticas públicas.

Há também uma desvalorização da política social, pois se vê esta como concessão política, uma categoria inferior ou uma forma errada de uso de recursos. Resolver os problemas sociais é uma questão de democracia e direitos humanos, além disso, quando se consulta a população, conforme Kliksberg (2003), ela pede “mais saúde” ou “mais educação”. Por exemplo, a expectativa de vida não aumenta conforme o PNB per capita, mas tem relação direta com investimentos em saúde pública e saneamento básico, sendo que pessoas com saúde e longevidade trabalham mais e melhor, gerando impacto positivo na economia. Outro investimento benéfico é na educação, conforme afirma Kliksberg (2003), pois é um dos que mais dá retorno. É necessário acabar com os termos “gasto público”, pois o que há na verdade é um investimento público. A “assistência pública” que resgata os mortos e feridos deixados pela atual política econômica deve ser repensada, de modo a potencializar o capital humano, base essencial de qualquer economia bem sucedida, como bem diz Kliksberg (2003).

O Estado também é atingido pelas falácias, pois estaria crescendo uma forte convicção de que o Estado é um problema, é ineficiente e extremamente burocrático. Conforme Kliksberg (2003), o Estado tem seus problemas, entretanto, minimizá-lo não tem sido uma boa opção, tanto para a ética (pois quando há corrupção no meio público há também no privado) quanto para o mercado (pois sua ausência acabou por gerar monopólios). O Estado, conforme Amartya Sen (2000) é de extrema importância, pois o custeio público não necessariamente precisa esperar a elevação dos níveis de renda per capita para implementar políticas públicas, inclusive, em países mais pobres, essas políticas públicas são mais baratas. Com isso, é possível perceber a importância do Estado, sendo necessário aprimorá-lo sempre e nunca colocá-lo como “inimigo” da sociedade. O combate a corrupção, eficiência e transparência são essenciais.

Também se cria uma ideia de incredulidade na sociedade civil, ou seja, há uma tentativa de passar a ideia que a sociedade civil é incapaz de realizar mudanças. Esta é uma falácia extremamente maliciosa, pois fere diretamente a democracia. Amartya Sen e Bernardo Kliksberg (2010) nos lembram de que a democracia não é apenas cédulas e votos, mas também a oportunidade para discussão pública, participação interativa e encontro racional. Na América Latina, como nos diz Kliksberg (2003), há um grande potencial de mão de obra voluntária que não recebe apoio por parte do Estado. Por trás dessa falácia, há um ataque ao capital social (clima de confiança na sociedade e seus líderes, grau de associatividade), que só pode ser efetivado, segundo Kliksberg (2003), quando passarmos de uma democracia passiva para uma democracia ativa.

Na América Latina, há um discurso que sempre inclui as comunidades nas políticas públicas, fruto de longas lutas democráticas que visam à participação do povo no governo, entretanto, segundo Kliksberg (2003), na prática, não é isso que acontece. O que se vê na realidade são ações verticais, ou seja, o Estado sobre as pessoas. A participação das comunidades pode ser extremamente benéfica, pois reduz a corrupção e aumenta a efetividade das políticas públicas. Conforme Kliksberg (2003), as comunidades excluídas percebem e se frustram com a situação e fica claro que existem grupos na sociedade que não querem a participação dos pobres.

Ainda há uma esquivança ética, ou seja, é necessário que se comesse a pensar a ética nas políticas: qual é o lado ético dos meios empregados, se é eticamente lícito sacrificar gerações, por

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

que os mais fracos são sempre os mais afetados pelas políticas aplicadas em muitos países, etc. É dito que não se pode discutir ética se não há recursos, entretanto, afirma Kliksberg (2003), é justamente na escassez que se deve debater a prioridade de uso dos recursos. Não é possível que a parte rica da sociedade não se sinta responsável pelo cuidado dos mais pobres.

A última falácia trazida por Kliksberg (2003) é a de que não há outra saída, ou que só há um caminho, logo, os problemas sociais seriam inevitáveis. Entretanto, o desenvolvimento parece demasiadamente complexo para que exista apenas uma saída. Cresce na sociedade uma vontade de mudança, pois, conforme Kliksberg (2003) existem países, como Canadá e Noruega, que conquistaram grandes avanços sociais e econômicos com políticas diversas das ortodoxas aplicadas na América Latina. Deve-se dar atenção não apenas a dados econômicos de crescimento total da sociedade, mas também para dados de acesso à cultura, à educação, à saúde, etc. Para seguir um caminho de desenvolvimento econômico e social, é necessário, conforme Kliksberg (2003), um Estado ético, transparente, responsável, sustentável, descentralizado, que dê suporte a sociedade civil e às comunidades (principalmente às mais pobres), além de um empresariado mais responsável e ético. Com essas ações, pode-se dar início a um processo de mudança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não fica difícil perceber o mal que algumas convicções podem trazer para um país. Falácias que ficam impregnadas no imaginário da população acabam por prejudicá-la de diversas formas, mas principalmente, induzindo o Estado a políticas errôneas e obstruindo as atividades da sociedade civil e a participação das comunidades mais pobres na elaboração e manutenção de políticas públicas.

É necessário que se dê início, imediatamente, à políticas públicas com um viés não apenas de desenvolvimento apenas econômico, que é muito importante, mas também de desenvolvimento social. O investimento no capital social é importante para a economia de qualquer país. A elaboração, manutenção e renovação de políticas públicas referentes à saúde, educação, saneamento básico, água potável, acesso à cultura, limpeza do local público, etc. deve ser uma prioridade.

É necessário, por fim, que as relações de um país sejam menos verticais, onde o Estado fica sobre as pessoas, e mais horizontais, onde as pessoas interagem umas com as outras, juntamente com o Estado, de forma igualitária. Uma defesa da ética entre as pessoas, uma relação de enxergar o próximo como irmão, pode trazer benefícios concretos há uma sociedade. Em suma, é necessário que sempre se preze, sem exceção, pelos valores democráticos, principalmente a liberdade, a igualdade e a dignidade humana.

Palavras-chave: desenvolvimento; liberdade; Estado; economia; política

Key-words: development; freedom; State; economy; politics.

REFERÊNCIAS

- KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 175p.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 371 p.
- SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 404 p.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 301 p.